

PROJETO BÁSICO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de sondagem geotécnica, controle tecnológico de terraplenagem, pavimentação e concreto, elaboração de projetos de dimensionamento e restauração de pavimento e apoio técnico aos serviços de geotecnia, do município de Camaçari, BA.

Projeto Básico: Nº 466 /2025

Sumário

1.	OBJETO	3
2.	JUSTIFICATIVA.....	3
3.	FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	4
4.	LOCAL DE EXECUÇÃO.....	4
5.	ESCOPO DAS ATIVIDADES	4
	5.1 Sondagens Geotécnicas	5
	5.2 Ensaios Tecnológicos em Solos e Pavimentos	5
	5.3 Ensaios em Concreto.....	5
	5.4 Projetos de Pavimentação e Restauração.....	6
	5.5 Relatórios Técnicos e Suporte à Fiscalização.....	6
	5.6 Obrigações Instrumentais e Operacionais	6
	5.7 Ordens de Serviço.....	7
	Nota Técnica Final	7
6.	CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	7
7.	VIGÊNCIA.....	8
8.	PRAZOS DE EXECUÇÃO	8
9.	FORMA DE PAGAMENTO	8
10.	VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	8
11.	REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA	9
12.	REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	11
	12.1 Subcontratação.....	11
	12.2 Consórcio	12
	12.3 Garantia da contratação	13
	12.4 Parcela de relevância	13
	12.5 Vistoria	14
	12.6 Garantia de proposta (condição de pré-habilitação).....	14
13.	OBRIGAÇÕES:.....	15
	13.1 Da contratada:	15
	13.2 Da contratante:	16
14.	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	17
15.	DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO	17
16.	SANÇÕES:.....	19

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para execução de serviços de sondagem geotécnica, controle tecnológico de terraplenagem, pavimentação e concreto, elaboração de projetos de dimensionamento e restauração de pavimento e apoio técnico aos serviços de geotecnia, do município de Camaçari, BA, conforme demandas emitidas via Ordem de Serviço pela Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA.

Os serviços incluem ensaios de caracterização, verificação e desempenho de materiais e estruturas civis relacionados às obras de pavimentação e infraestrutura urbana, em estrita conformidade com as normas técnicas, com emissão de relatórios técnicos conclusivos acompanhados de ART.

A execução dos serviços, seguirá as descrições técnicas constantes nas planilhas orçamentárias e especificações complementares do Anexo Único deste Projeto Básico, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos que compõem este termo.

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Infraestrutura do Município de Camaçari executa de forma contínua obras de infraestrutura urbana, contemplando serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem, execução de concreto e intervenções estruturais em diversas regiões da sede e orla. A adequada execução desses serviços exige informações técnicas precisas sobre as condições do solo, bem como o controle rigoroso dos materiais e métodos construtivos aplicados.

Nesse contexto, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para a realização de sondagens geotécnicas, controle tecnológico de terraplenagem, pavimentação e concreto e elaboração de projetos de dimensionamento e restauração de pavimentos, com a finalidade de subsidiar decisões técnicas, assegurar a qualidade e durabilidade das obras e promover condições de segurança, desempenho e rastreabilidade.

A execução dos ensaios e investigações permitirá identificar a capacidade do subleito, validar materiais empregados, verificar conformidade com normas técnicas e fornecer base técnica para aceitação dos serviços executados, evitando patologias, retrabalhos e desperdícios de recursos públicos. Além disso, possibilita a emissão de relatórios técnicos e análises críticas, contribuindo para a fiscalização e o recebimento adequado das obras,

conforme requisitos de governança e eficiência administrativa.

A contratação está alinhada às normas da ABNT, DNIT e legislação aplicável, inclusive às diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurando eficiência, economicidade e mitigação de riscos técnicos, jurídicos e financeiros na execução de obras públicas municipais.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Projeto Básico está fundamentado nos seguintes normativos:

- **Legislação geral**

Lei Federal nº 14.133/2021

Decreto Municipal nº 7903/2023 (Regulamentação local)

Lei Municipal nº 803/2007

Lei Complementar nº 123/2006

- **Normas ABNT aplicáveis à Engenharia Civil, em especial:**

ABNT NBR 9603 — Sondagem à trado

ABNT NBR NM 67 — Ensaio de abatimento do concreto

ABNT NBR 9781 — Resistência de peças pré-moldadas

ABNT NBR 12142 — Resistência à tração na flexão

- **Normas DNIT / DNER**

DNER-ME 122/94 — Limite de liquidez

DNER-ME 082/94 — Limite de plasticidade

DNER-ME 083/98 — Granulometria

A contratação atende ao art. 6º, XXIII da Lei Federal 14.133/21, que exige Projeto Básico para a precisa definição do objeto.

4. LOCAL DE EXECUÇÃO

Sede e Orla do Município de Camaçari/BA, conforme ordens de serviço.

5. ESCOPO DAS ATIVIDADES

A contratada deverá executar os serviços objeto deste Projeto Básico de forma sequencial, integrada e tecnicamente adequada, compreendendo atividades de investigação, ensaios tecnológicos, suporte técnico e elaboração de projetos de pavimentação, conforme demanda

da Secretaria de Infraestrutura (SEINFRA) e ordens de serviço. Os serviços englobam, sem prejuízo de outras ações correlatas necessárias ao fiel cumprimento do objeto:

5.1 Sondagens Geotécnicas

Execução de sondagens destinadas à determinação das condições geotécnicas do terreno, incluindo:

- Sondagem a trado para reconhecimento do subsolo e identificação do nível freático
- Coleta de amostras deformadas para caracterização física
- Perfil estratigráfico com identificação de horizontes e profundidades
- Registro dos dados em boletins padronizados
- Elaboração de relatório técnico contendo metodologia, resultados e interpretações

Todas as sondagens deverão seguir procedimentos normativos da ABNT e DNIT aplicáveis.

5.2 Ensaios Tecnológicos em Solos e Pavimentos

Realização de ensaios laboratoriais e de campo para controle tecnológico dos materiais empregados em terraplenagem e pavimentação, contemplando **somente os ensaios previstos na planilha contratual**, incluindo, entre outros:

- Determinação de granulometria (via úmida e seca)
- Limite de plasticidade (LP) e limite de liquidez (LL)
- Ensaio de compactação (Proctor normal/intermediário, conforme especificação da planilha)
- Índice de Suporte Califórnia (CBR)
- Determinação da densidade “in situ”

Os ensaios deverão ser executados com rastreabilidade e padrões de qualidade, sob responsabilidade técnica habilitada, com ART.

5.3 Ensaios em Concreto

Realização de ensaios para controle tecnológico de concreto utilizado em obras municipais, incluindo:

- Ensaio de abatimento (slump test), conforme NM 67
- Moldagem e cura de corpos de prova
- Ruptura à compressão conforme NBR 5739
- Emissão de boletins com resultados e interpretações técnicas

5.4 Projetos de Pavimentação e Restauração

Elaboração de projetos de pavimentação e reabilitação com base em investigações e resultados tecnológicos, incluindo:

- Análise de condições do subleito e tráfego local
- Seleção de solução construtiva tecnicamente adequada
- Dimensionamento conforme metodologia vigente e boa prática de engenharia
- Memoriais descritivos e de cálculo
- Detalhamentos técnicos e critérios executivos
- ART específica para cada projeto elaborado

5.5 Relatórios Técnicos e Suporte à Fiscalização

- Emissão de relatórios técnicos por OS ou fase de serviço
- Consolidação dos resultados dos ensaios e análises
- Pareceres técnicos de conformidade e aceitação
- Recomendações técnicas e corretivas, se aplicáveis
- Interface com a fiscalização da SEINFRA e apoio técnico à supervisão de obras
- Registro fotográfico, tabelas e gráficos quando requeridos pela fiscalização

Todos os relatórios deverão ser assinados por responsável técnico habilitado com respectiva ART.

5.6 Obrigações Instrumentais e Operacionais

- Manter equipe técnica qualificada e estrutura operacional compatível
- Garantir rastreabilidade de todos os ensaios e medições
- Utilizar equipamentos aferidos e calibrados
- Cumprir prazos estabelecidos nas ordens de serviço
- Assegurar mobilização e deslocamento necessários à execução

5.7 Ordens de Serviço

Os serviços serão acionados exclusivamente mediante **Ordem de Serviço**, emitida pela SEINFRA contendo:

- descrição dos serviços
- prazos
- local da execução
- quantitativos estimados
- condições específicas, quando aplicáveis

A execução fora de OS formal não será reconhecida para fins de medição e pagamento.

Nota Técnica Final

Todos os serviços deverão obedecer rigorosamente às normas e procedimentos aplicáveis da ABNT, DNIT e demais órgãos normativos, obedecendo às boas práticas de engenharia, garantindo padronização, confiabilidade e qualidade técnica.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Todos os serviços a serem desenvolvidos deverão atender à legislação vigente, às Normas ABNT, às especificações deste edital, normas e cadernos de encargos operacionais da Contratante, e à Ordem de Serviço e seus anexos.

- Na ausência de normas brasileiras, deverão ser usadas as normas internacionais cabíveis.
- Todos os trabalhos serão gerenciados e coordenados pela equipe de gerenciamento da Contratada, assessorando-se tecnicamente com os técnicos da Contratante.
- Os serviços serão ordenados em função das demandas de obras e serviços específicos desta licitação em atendimento às programações do planejamento operacional da Contratante.
- Os técnicos da Contratante envolvidos com os trabalhos, deverão ter livre acesso aos trabalhos em qualquer fase de sua elaboração, sem prévio aviso.
- O prazo de entrega de cada etapa é definido em dias corridos, contados a partir da entrega de cada ordem de serviço.

PROJETO BÁSICO Nº 466/2025

- A equipe técnica para realização dos serviços de campo deverá contar com equipe de apoio no escritório central da Contratada, a qual deverá dispor de técnicos com larga experiência em serviços similares para dar suporte à equipe de campo.

7. VIGÊNCIA

O prazo de vigência/duração do contrato é de 14 (catorze) meses a contar da data de sua assinatura, em conformidade com o disposto no Art. 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, e por se tratar de prestação de serviços contínuos, o Contrato poderá ser prorrogado de acordo com a previsão contida no Art. 107, também desta mesma Lei.

8. PRAZOS DE EXECUÇÃO

Conforme o Cronograma Físico-Financeiro, o prazo total estimado para execução é de 12 (doze) meses, com etapas mensais de execução física e desembolso financeiro contados a partir da ordem de serviço – OS.

9. FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura (na forma da legislação em vigor), devidamente atestada pelo órgão solicitante, correspondente aos serviços efetivamente fornecidos e medidos parcialmente, conforme ordens de serviço emitidas e respectivos boletins de medição.

Havendo erro na fatura ou descumprimento das condições pactuadas, no todo ou em parte, a tramitação da fatura será suspensa para que a Contratada adote as providências necessárias à sua correção. Passará a ser considerada para efeito de pagamento, a data de reapresentação da fatura devidamente corrigida.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajuste de preço.

10. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor estimado para a contratação, conforme planilha orçamentária integrante deste Projeto Básico nº 466/2025 é de: R\$ 4.218.170,30 (quatro milhões, duzentos e dezoito mil, cento e setenta reais e trinta centavos).

Projeto/Atividade: 3023 / 3032

Elemento de Despesa: 449051

Fonte: 1500

11. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Nos termos do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, os critérios de habilitação técnica têm por finalidade comprovar que a licitante possui qualificação técnica compatível com a adequada execução do objeto contratual.

a) Registro em entidade profissional:

A licitante deverá apresentar comprovação de registro ou inscrição, com validade vigente, tanto da empresa quanto de seus responsáveis técnicos, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), correspondente à sua área de atuação.

b) Atestados de capacidade técnica:

b.1) Capacidade técnico-operacional:

Apresentar, **atestado** em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços de características semelhantes ao objeto licitado, sendo exigida a comprovação da execução dos seguintes itens:

Serviço	Un	Qtde
Projeto de restauração de pavimento	un	12
Dimensionamento de pavimento em concreto asfáltico, bloco intertravado de concreto e papalelepipedo	un	12
Ensaio de CBR "in situ" com cone de penetração dinâmica (DCP)	un	175
Ensaio de compactação	un	275
Ensaio de índice de suporte california	un	275
Ensaio de granulometria combinada CBUQ	un	125

b.2) Capacidade técnico-profissional:

Apresentar **atestado** em nome do(s) profissional(is) que atuará(ão) como responsável(is) técnico(s) pela execução contratual, emitido por pessoa jurídica de direito público ou

PROJETO BÁSICO Nº 466/2025

privado, relativo a serviços compatíveis com o objeto licitado, devidamente registrado no conselho profissional competente e acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, contendo os seguintes itens:

Serviço
Projeto de restauração de pavimento
Dimensionamento de pavimento em concreto asfáltico, bloco intertravado de concreto e papalelepipedo
Ensaio de CBR "in situ" com cone de penetração dinâmica (DCP)
Ensaio de compactação
Ensaio de índice de suporte califórnia
Ensaio de granulometria combinada CBUQ

Observações importantes:

- Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da instituição responsável, contendo: CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função do signatário, bem como descrição do objeto, das atividades realizadas e o período da execução contratual.
- Será aceito atestado único que contemple tanto a licitante quanto o(s) responsável(eis) técnico(s), desde que ambos estejam expressamente mencionados no documento.
- Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo econômico da licitante, pela própria licitante, ou por empresas nas quais figurem como sócios ou diretores pessoas que também integrem a licitante.
- Serão preferencialmente aceitos atestados de capacidade técnica relacionados ao objeto licitado ou a serviços similares, ou seja, serviços de sondagem geotécnica; controle tecnológico de terraplenagem, pavimentação e concreto; e elaboração de projetos de dimensionamento e restauração de pavimento, preferencialmente realizados através de órgãos para vias públicas, ou similares.

c) Indicação de equipe técnica e infraestrutura:

A licitante deverá indicar equipe técnica, instalações e equipamentos adequados e disponíveis para a execução dos serviços objeto desta licitação, demonstrando capacidade operacional para realização de sondagens geotécnicas, ensaios tecnológicos de solos, pavimentação e concreto, bem como elaboração de projetos de pavimentos e relatórios técnicos.

Deverão ser indicados, no mínimo:

- **1 (um) Engenheiro Civil** legalmente habilitado, responsável técnico pelo contrato, com competência para supervisão, emissão de ART e validação dos ensaios e relatórios;

Os profissionais indicados deverão participar da execução contratual, sendo admitida sua substituição por profissionais de qualificação equivalente ou superior, desde que previamente aprovada pela Administração. A contratada deverá assegurar a disponibilidade dos profissionais e dos equipamentos necessários durante todo o período de vigência contratual, observando o princípio da continuidade e da adequada prestação dos serviços.

d) Declaração de conhecimento das condições locais:

A licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais pertinentes à execução do objeto da licitação, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das obrigações contratadas.

12. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

12.1 Subcontratação

É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições, conforme Lei Municipal nº 803 de 11 de julho de 2007.

- A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, compatibilidade, gerenciamento centralizado e qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- A Contratada apresentará à Administração, documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do

processo correspondente.

- É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta, mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

12.2 Consórcio

Considerando a natureza do objeto da presente contratação que exige execução uniforme, atuação centralizada e responsabilidade técnica indivisível, não será admitida a participação de consórcios no certame.

A vedação justifica-se pelos seguintes motivos:

- **Unicidade da Responsabilidade Técnica e Operacional:** O objeto demanda controle técnico contínuo, com responsabilidade única pela execução, o que inviabiliza a divisão de atribuições entre consorciados e dificulta o acompanhamento, a fiscalização e eventual responsabilização.
- **Complexidade Administrativa na Gestão Contratual:** A participação de consórcios implicaria a necessidade de análise de documentos adicionais (contrato de constituição, garantias compartilhadas, etc.) e dificultaria o gerenciamento do contrato, inclusive para aplicação de sanções e exigências de responsabilidades contratuais.
- **Razoabilidade e Eficiência:** Com base no princípio da eficiência e no dever de planejamento, opta-se por vedar consórcios a fim de reduzir riscos contratuais, simplificar a gestão do contrato e garantir a celeridade na execução.
- **A ausência de consórcio** não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios só é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade técnica ou de relevante vulto, em que empresas isoladamente não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Portanto, em consonância com o Art. 40, inciso III, alínea “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, e fundamentado na necessidade de garantir a adequada execução contratual com segurança técnica e jurídica, justifica-se a vedação à participação de consórcios nesta

contratação.

12.3 Garantia da contratação

Será exigida a prestação de garantia contratual nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.973 nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Comprovar instalações como escritório e depósito de materiais no município de Camaçari.

12.4 Parcela de relevância

Considerando a natureza do objeto licitado e a análise da Curva ABC de Serviços, identificaram-se itens de alta representatividade no custo total da contratação, além de demandarem domínio técnico e operacional especializado.

Dentre os serviços listados, destacam-se como parcelas de maior relevância técnica aquelas indicadas nas alíneas b.1) e b.2) do item 11.

Essas parcelas, além de expressivas em valor, são estruturalmente essenciais para a execução de serviços de sondagem geotécnica; controle tecnológico de terraplenagem, pavimentação e concreto; e elaboração de projetos de dimensionamento e restauração de pavimento, exigindo conhecimento técnico comprovado, capacidade de planejamento, gestão de recursos e execução conforme as normas técnicas aplicáveis às edificações. A falha na execução desses serviços compromete diretamente a continuidade dos serviços nesses locais, a integridade física das estruturas e o conforto dos usuários.

Dessa forma, faz-se necessária a exigência de comprovação de experiência anterior na execução dessas parcelas como condição de habilitação técnica das licitantes, nos termos do Art. 67, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite exigir aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto licitado, notadamente aquelas tecnicamente mais relevantes.

Art. 67, §1º, Lei Federal 14.133/21 – “Poderá ser exigida dos licitantes a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características,

quantidades e prazos com o objeto da licitação, inclusive por meio da exigência de que a pessoa jurídica tenha executado anteriormente parcela de relevância técnica.”

A adoção desse critério busca assegurar a seleção de empresas tecnicamente aptas, reduzindo riscos contratuais, garantindo a execução conforme os padrões estabelecidos e protegendo o interesse público por meio da adequada aplicação dos recursos municipais.

12.5 Vistoria

Considerando que os serviços serão executados de forma itinerante, conforme ordens de serviço emitidas pela SEINFRA e em diversos pontos do Município, **a visita técnica será facultativa.**

A licitante poderá, caso entenda necessário para elaboração da proposta, solicitar reunião técnica com a SEINFRA para esclarecimentos e alinhamento operacional sobre as condições gerais de execução dos serviços.

O agendamento deverá ser realizado pelo telefone (71) 3644-9715. Será emitida declaração de visita/reunião técnica quando solicitada pela licitante.

A participação na visita ou reunião não constitui condição para habilitação, não sendo exigida sua comprovação para fins de participação ou julgamento do certame.

12.6 Garantia de proposta (condição de pré-habilitação)

Nos termos do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, será exigida, como condição de participação no certame, a apresentação de garantia de proposta, com prazo de validade mínimo de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de abertura da licitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

Conforme o disposto no § 4º do art. 58 da Lei nº 14.133/2021, a garantia de proposta poderá ser prestada em quaisquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da referida Lei.

Para fins de manutenção da condição de proponente habilitada e de regular participação no certame, as licitantes que apresentarem propostas deverão, obrigatoriamente, anexar a garantia de proposta no próprio sistema eletrônico de licitações, sob pena de inabilitação, inclusive aplicação das sanções administrativas cabíveis, para apuração de eventual declaração falsa ou conduta inidônea perante o Município.

13. OBRIGAÇÕES:

13.1 Da contratada:

- a) Apresentar relatórios técnicos e laudos com ART, contendo data, local, identificação da Ordem de Serviço (OS), responsável técnico, resultados dos ensaios e análises, bem como registro fotográfico quando aplicável;
- b) Executar os serviços em conformidade com as normas técnicas aplicáveis (ABNT, DNIT e demais normativos pertinentes), com observância às ordens de serviço emitidas pela SEINFRA;
- c) Fornecer toda mão de obra, equipamentos, instrumentos, insumos e materiais de consumo necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo mobilização e deslocamento das equipes;
- d) Garantir a integridade, representatividade e rastreabilidade das amostras coletadas e dos ensaios realizados, preservando cadeia de custódia e registros técnicos;
- e) Utilizar equipamentos devidamente calibrados, mantendo certificados de calibração disponíveis para a fiscalização, sempre que solicitado;
- f) Manter profissional Responsável Técnico habilitado junto ao CREA/BA para coordenação e assinatura de relatórios e ART, devendo apresentar ART específica para cada serviço ou conjunto de serviços conforme demandado;
- g) Manter equipe devidamente qualificada e identificada, com uso dos EPIs necessários à execução das atividades, respeitando as normas de segurança aplicáveis;
- h) Garantir meios próprios para deslocamento de sua equipe e transporte de amostras, equipamentos e materiais;
- i) Disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, 01 (um) veículo tipo passeio (quatro portas, ar-condicionado, seguro total e manutenção regular), com quota mensal de combustível, para apoio exclusivo às atividades de fiscalização da SEINFRA, visando permitir o deslocamento da equipe técnica municipal aos locais de execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional à Administração Municipal além dos valores previstos contratualmente.
- j) Comunicar imediatamente por escrito quaisquer anormalidades que possam comprometer a execução contratual, propondo, quando necessário, medidas corretivas;
- k) Substituir, quando solicitado pela fiscalização, qualquer profissional que apresente conduta inadequada ou desempenho insuficiente;

- l) Manter condições de habilitação e qualificação técnica durante todo o período contratual;
- m) Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de ações ou omissões, dolosas ou culposas, durante a execução dos serviços;
- n) Prestar todos os esclarecimentos necessários à fiscalização, bem como garantir acesso da mesma aos locais e documentos relacionados à execução do contrato;
- o) Arquivar e manter disponível para fiscalização toda documentação técnica e de campo relativa aos serviços executados, incluindo relatórios, boletins de ensaios, registros fotográficos, certificados de calibração e ARTs correspondentes.

13.2 Da contratante:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e dar ateste aos mesmos que certifica o recebimento provisório;
- b) Ativar ou desativar o Contrato mediante emissão pelo Secretário da Infraestrutura, do instrumento de Ordem de Serviço que estabelecerá a relação de serviços autorizados e prazos para sua execução.
- c) Indicar o representante da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como para atestar o recebimento dos serviços;
- d) Emitir Ordens de Serviço parciais instruindo a execução progressiva dos trabalhos, as quais, por sua vez, farão parte da documentação de comprovação dos serviços realizados juntamente com o Boletim de Medição, a Memória de Cálculo dos quantitativos, e Relatório Fotográfico do estado do local antes e depois da realização dos serviços.
- e) Rejeitar todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
- f) Comunicar todas e quaisquer irregularidades ocorridas na execução do Contrato, e exigir as devidas providências que demandem da Contratada.
- g) Aplicar sanções à Contratada em caso de irregularidade constatada na execução do Contrato.
- h) Providenciar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos acordados e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados os recebimentos do fornecimento dos materiais.
- i) Dar instruções específicas no que diz respeito às atividades da Contratante onde haja

envolvimento de empregados da Contratada.

14. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) A gestão e fiscalização dos serviços serão realizadas pela Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA para verificação do cumprimento das Cláusulas Contratuais e terão poderes para verificar e exigir o seu fiel cumprimento, sendo que sua ausência ou eventual omissão não eximirá a CONTRATADA dos compromissos e obrigações assumidas perante a CONTRATANTE.
- b) Competirá proceder o acompanhamento da execução dos serviços prestados, o qual atestará em termos definitivos a sua conclusão.
- c) O instrumento de Ordem de Serviço será expedido pela Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA que instruirá a execução progressiva dos trabalhos e que documentará as comprovações dos serviços quando realizados, estabelecendo expressamente a relação e prazos para execução dos serviços autorizados.

15. DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO

- a) Os preços usados na elaboração do orçamento se mantiveram em estrita conformidade com as composições de preços e encargos sociais de sua origem;
- b) Os encargos sociais SINAPI anexos a planilha orçamentária só foram utilizados nas composições de preço da base SINAPI;
- c) Para elaboração da proposta de preço, a empresa deverá usar preferencialmente o encargo social SINAPI do período da licitação ou, caso possua, deverá apresentar seu próprio cálculo de encargo social;
- d) Os serviços deverão ser executados de acordo com os elementos técnicos fornecidos, Normas Técnicas da ABNT, NR 18, Normas Específicas, Legislação em vigor, Especificações, Considerações Especiais e Planilhas Orçamentárias;
- e) **Encerrada a fase de lances, caso a licitante melhor classificada tenha ofertado valor inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do preço estimado pela Administração ou se enquadre em outras hipóteses que indiquem possível inexecutabilidade, quando formalmente convocada, deverá apresentar, no prazo estabelecido, a proposta realinhada acompanhada da documentação comprobatória da sua exequibilidade, por meio eletrônico. A documentação deverá conter, no mínimo: Planilha**

PROJETO BÁSICO Nº 466/2025

Orçamentária detalhada, Composições de Custos Unitários, Cronograma Físico-Financeiro, memória de cálculo do BDI (Bonificações e Despesas Indiretas), Encargos Sociais (ES), bem como demais encargos incidentes (transporte, taxas, tributos, seguros, ferramentas e insumos), ou qualquer outro elemento que a Administração julgue necessário à adequada verificação da viabilidade da proposta, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

f) As planilhas deverão ser apresentadas, obrigatoriamente em:

- I – em arquivo PDF pesquisável (OCR), a ser anexado na plataforma eletrônica; e
- II – em arquivo editável em formato Excel, a ser encaminhado, no mesmo prazo, para o e-mail licitacao.obras@camacari.ba.gov.br.

O não atendimento integral das exigências previstas neste item poderá ensejar a desclassificação da proposta e a convocação do próximo licitante classificado, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

- g) As composições e a planilha de preços unitários devem ser calculadas de forma que os valores totais referentes às parcelas que as compõem sejam obtidos com arredondamento em 02 (duas) casas decimais.
- h) A composição detalhada do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) deverá ser elaborada de acordo com os parâmetros estabelecidos no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União com arredondamento de 02 (duas) casas decimais, e sua composição deverá seguir também a determinação da Lei Federal nº 14.973/2024.
- i) Percentual de ISS indicado no modelo de composição de BDI considerando as margens de alíquota previstas no Código Tributário Municipal, consideradas as possíveis deduções. Deste modo, em conformidade ao Acórdão 2622/2013 – Plenário, a Licitante deve indicar no seu BDI, percentual de custo com ISS, observando a alíquota que lhe é pertinente. A sua base de cálculo efetiva deverá estar embasada na legislação municipal aplicável e em sua realidade de custos com este tributo, considerando inclusive sua opção quanto a deduções ou não de materiais, vedada a alteração de critério durante a execução do Contrato sob pena de imposição de sanções previstas no instrumento contratual.
- j) Nos preços unitários propostos deverão estar inclusos todos os custos com salários, inclusive as remunerações decorrentes da prestação serviço em horas extras por parte dos empregados da Contratada, além de encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, gratificação, fardamento, alimentação, transporte de qualquer natureza, procedimentos de

sinalização e segurança do seu pessoal, de equipamentos e de terceiros. Deverão estar incluídos ainda valores com organização de CIPA e demais requisitos legais de segurança e medicina do trabalho, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela Contratada de suas obrigações, inclusive todos os custos com fornecimento de materiais e demais insumos das obras e serviços a serem realizados.

- k) O reajustamento quando ocorrer, terá a data-base do orçamento da licitação como referência conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

16. SANÇÕES:

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas de qualquer cláusula ou condições do Contrato e demais normas técnicas pertinentes, a Contratada sujeitar-se-á garantida a prévia defesa, às seguintes sanções que poderão ser cumulativas nas hipóteses previstas em lei, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis: advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação, impedimento de contratar com a administração pública, e rescisão do Contrato, tudo em acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021. A Contratada após a fase da adjudicação e celebração do Contrato, havendo descumprimento deste, fica sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

As infrações serão consideradas reincidentes se no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da última sanção administrativa, a Contratada cometer a mesma infração, cabendo aplicação em dobro das multas correspondentes.

O descumprimento do prazo na implantação dos serviços, bem como por infringência das obrigações contratuais, ensejará a aplicação de multas.

O não envio, no prazo e na forma estabelecida neste Projeto Básico, da Garantia de Proposta, as licitantes que participaram do processo sofrerão processos de sanções, na forma prevista na Lei, no que couber.

Camaçari, 10 de Novembro de 2025.

Eng.^a Iris Dantas Miranda
Diretoria Licitações - SEINFRA
Mat. 838278